

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

DATA E HORA: 1ª PRAÇA começa em 16/03/2026 às 15h00min, e termina em **19/03/2026 às 15h00min**, pelo valor da avaliação atualizada; 2ª PRAÇA começa em 19/03/2026 às 15h01min, e termina em **08/04/2026 às 15h00min**, a partir de **60% do valor da avaliação atualizada**.

LOCAL: www.valeroleiloes.com.br

LEILOEIRO OFICIAL: José Valero Santos Junior, JUCESP 809.

O MM. Juiz de Direito Dr. José Magno Loureiro Junior, da 2ª Vara Cível da Comarca de Ituverava/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, a todos quanto este edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS**, em que contende de um lado **ROSANA MENEZES MARIANO ARAÚJO** (CPF nº 076.028.408-3) e do outro **DAVID ARAÚJO** (CPF nº 034.964.098-00), nos autos do processo **0000443-96.2019.8.26.0288**, o qual foi designada a venda do bem móvel descrito abaixo, nos termos dos arts. 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

DO BEM: **MÓVEL - DESCRIÇÃO (conf. termo de penhora):** Uma Colheitadeira de Algodão. Mod: 9900 - Ano 1989, Cor: Verde/Amarela, Diesel, em bom estado de conservação.

OBS: Bem indicado à penhora pelo executado - fls. 455: *"Colheitadeira de algodão, de marca John Deere, Ano de fabricação 1989, Cor Verde, em funcionamento, porém com a pintura prejudicada"*.

LOCALIZAÇÃO DO BEM E DEPOSITÁRIO: R. Júlio Cavallari, 688 - Jardim Vale do Carmo - Ituverava - SP, 14500-000 - **Depositário:** DAVID ARAÚJO.

INFORMAÇÕES PROCESSUAIS:

01 - Foi deferida a penhora sobre o bem móvel (Fls. 534-536), em razão da dívida do executado com o exequente derivada de execução de alimentos.

02 – Avaliado o bem às fls. 467, determinada alienação judicial às fls. 534-536.

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais - 12/2024 – Laudo de Avaliação às fls. 467)

VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 78.574,14 (setenta e oito mil quinhentos e setenta e quatro reais e quatorze centavos - 01/2026)

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: não se aplica

DÉBITOS DA AÇÃO: R\$ 22.231,06 (Vinte e dois mil duzentos e trinta e um reais e seis centavos - set/24 - fls.460/461)

01 - CONDIÇÕES DO BEM: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. O bem móvel será vendido por inteiro, sendo que as características mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas constantes do termo de penhora, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento, por eventual divergência entre o que constar da descrição e a realidade existente.

 Tel: 3003-0321

 contato@valeroleiloes.com.br

 www.valeroleiloes.com.br

Siga nossas Redes Sociais:



valeroleiloes

02 - CONDIÇÕES DA VENDA: Será considerado arrematante aquele que der lance igual ou superior ao valor de avaliação (1ª Praça) ou aquele que der lance de valor igual ou superior a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação (2ª Praça). Na ausência de lances à vista, serão admitidas ofertas a prazo, na forma do artigo 895 do Código de Processo Civil, mediante pagamento de 25% (vinte e cinco por cento) de entrada, com o saldo remanescente parcelado em até 30 (trinta) parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo índice adotado por este E. Tribunal, devendo a proposta ser garantida por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóvel, ou por caução idônea, quando se tratar de bem móvel. Será considerado vencedor o licitante que ofertar o maior lance, observada a preferência do lance à vista, quando existente. Havendo mais de uma proposta parcelada em iguais condições, será declarado vencedor aquele formulado em primeiro lugar, ou, alternativamente, aquele que apresentar o menor número de parcelas, nos termos dos artigos 891 e 895, §§ 1º a 8º, do Código de Processo Civil.

03 - PAGAMENTO: O arrematante deverá efetuar o pagamento da arrematação por meio de guia de depósito judicial em favor do Juízo, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas. Após o encerramento da praça, o arrematante receberá e-mail com instruções para o pagamento (Art. 884, IV do CPC).

04 - COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante, ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remissão, conforme os itens de CONDIÇÕES DA VENDA e PAGAMENTO, e deverá ser paga mediante transferência bancária, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial, José Valero Santos Junior (CPF: 155.116.308-02), a ser indicada ao interessado após a arrematação (art. 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e art. 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

05 - PREFERÊNCIA: Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e co proprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC). Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem, nos termos do art. 843, do CPC.

06 - ARREMATAÇÃO COM CRÉDITOS: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

07 - DÉBITOS: Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições e/ou limitações ao uso do bem arrematado (usufruto, ambiental e afins) permanecem mesmo após o leilão. Em relação aos débitos tributários (IPTU, ITR, IPVA e afins), será aplicada a norma prevista no art. 130, do CTN.

08 - CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DA PRAÇA APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL: Nos termos do art. 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ, em caso de cancelamento ou suspensão do praxeamento após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido o reembolso das despesas suportadas pelo leiloeiro, que serão pagas pela parte requerida ou aquela que der causa ao cancelamento.

09 - LEILOEIRO: O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial JOSÉ VALERO SANTOS JUNIOR - JUCESP nº 809.

10 - OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. Na hipótese de arrematação de veículo, ficam os interessados cientes que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos anteriores ao leilão, bem como o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmites legais, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos.

11 - LANCES: Caso sejam ofertados lances nos 3 (três) minutos finais dos leilões, o sistema prorrogará a disputa por mais 3 (três) minutos para que todos os participantes tenham a oportunidade de enviar novos lances.

12 - DESOCUPAÇÃO E ENTREGA: A entrega do bem será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente, após o recolhimento das custas pelo arrematante, consoante o art. 903, §3º, do CPC.

13 - ALIENAÇÃO DIRETA: Caso negativas as hastas designadas, autorizo desde logo a alienação direta pelo leiloeiro (art. 880, do CPC) durante o prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar do encerramento do 2º leilão, pelo preço não considerado vil, conforme art. 891, do CPC.

14 - INFORMAÇÕES: Poderão ser obtidas através dos canais oficiais do Leiloeiro Oficial: site www.valeroleiloes.com.br, e-mail juridico@[valeroleiloes.com.br](mailto:juridico@valeroleiloes.com.br) e telefones 3003-0321 (discagem direta) e (16)99603-5264.

15 - PUBLICAÇÃO DO EDITAL - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio www.valeroleiloes.com.br, bem como no PUBLICJUD, em conformidade com o disposto no art. 887, §2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do bem móvel a ser apregoado.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação da hasta designada, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

Ituverava, 26 de janeiro de 2026

Dr. José Magno Loureiro Junior
M.M. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Ituverava, Estado de São Paulo.